



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Definição do objeto

Contratação de serviço de acesso à internet banda larga para as unidades administrativas do TRE-SC.

### 2. Fundamentação da Contratação

Grande parte dos serviços prestados pelas unidades da Justiça Eleitoral Catarinense são apoiados por sistemas computacionais, tais como PJE, ELO, PAE, CAND, ROTAS, SPCE, entre outros. O funcionamento desses sistemas depende majoritariamente da interligação de rede de longa distância, entre as estações de trabalho dos usuários e os *datacenters* do TRE-SC e do TSE, provida por meio de enlaces de dados.

Caso a unidade administrativa descentralizada seja atendida por apenas um único fornecedor de telecomunicações, o risco associado à eventual descontinuidade na prestação de serviço naquela unidade aumenta significativamente, ainda que estabelecidas cláusulas contratuais relacionadas ao acordo de nível de serviço.

Diante deste cenário, faz-se necessária a contratação de serviço de acesso à internet para as unidades administrativas descentralizadas do TRE-SC.

### 3. Descrição da solução

Contratação de serviço de acesso à internet banda larga para as unidades administrativas do TRE-SC, de acordo com os requisitos elencados no **item 4** deste Termo de Referência, e em conformidade com as quantidades e locais definidos no **Anexo III** deste Termo de Referência.

#### 3.1. Estudo Técnico Preliminar

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Formalização da Demanda (DFD) encaminhado pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-SC, bem como os Estudos Técnicos Preliminares constantes do Processo Administrativo Eletrônico n. 914/2024.

#### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

- ALT Internet Banda Larga Corporativa;
- Claro Internet Fibra;
- Oi Internet Fibra;
- Unifique Internet Dedicada;
- Vivo Fibra.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

*As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).*

### 3.3. Códigos SIASG

- 26476 (Serviços de Comunicação de Dados).

## 4. Requisitos da contratação

### 4.1 Requisitos Funcionais

#### Requisitos Gerais:

- Fornecimento de serviço de acesso à internet para as Unidades do TRE-SC, contemplando a instalação, a configuração e a manutenção dos enlaces;**

Justificativa: Necessidade da empresa contratada instalar, configurar e manter o serviço de acesso à internet, durante a vigência contratual.

- Taxa de transferência instantânea mínima de 40% do valor estabelecido. Em média, taxa de transferência de 80% do valor estabelecido;**

Justificativa: Estabelecer requisitos mínimos de qualidade para o funcionamento adequado do serviço;

- Para cada enlace, i) o percentual máximo de perda de pacotes admitido é de 2%; e ii) a latência máxima para o tempo de ida e volta do pacote de 80ms. Todas as medições necessárias deverão considerar os endereços IP dos provedores de internet utilizados no datacenter do TRE-SC (participantes do PTT/SC);**

Justificativa: Estabelecer requisitos mínimos de qualidade para o funcionamento adequado do serviço;

#### Acesso:

- Os acessos deverão ser fornecidos através de interface ethernet BASE-T, padrão RJ-45;**

Justificativa: Necessidade de compatibilizar o novo enlace com a infraestrutura de rede já disponível nas unidades administrativas do TRE-SC.

- Para acessos que se utilizem de sistemas de radiocomunicação, serão permitidas somente frequências homologadas pela Anatel;**

Justificativa: Conformidade com as normas técnicas brasileiras vigentes.

- Deverão ser fornecidos para cada enlace 1 (um) endereço de IPv4, bem como faixa delegada de endereços IPv6 /56, ambos com acessibilidade plena a todos os serviços da internet. Os endereços de rede serão configurados no equipamento roteador do TRE-SC;**

Justificativa: A configuração de acesso ao novo serviço será realizada no equipamento roteador de dados já existente em cada uma das unidades administrativas onde se pretende contratar o serviço. A gestão desses roteadores é feita pelas equipes técnicas internas do TRE-SC.

#### Demais Requisitos:

- Sem restrição quanto ao volume de dados trafegado e quantidade de computadores clientes**



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**compartilhando os enlaces, com acessibilidade plena a todos os serviços da internet e também a eventuais serviços disponibilizados pelo TRE-SC através dos enlaces;**

Justificativa: Não deve haver degrau de tarifação baseado no volume de dados, bem como em relação à quantidade de usuários do TRE-SC conectados ao serviço.

- h. Deverão estar inclusos todos os equipamentos, cabos, conectores, conversores, adaptadores, modems e/ou outros itens de hardware e software, necessários para a completa conexão a um equipamento servidor/roteador, a ser fornecido pelo TRE-SC;**

Justificativa: Esclarecer que quaisquer custos associados à entrega do serviço ficarão por conta da Contratada.

### Endereços das Unidades do TRESC:

- i. No Anexo III deste Termo de Referência são listados os endereços atualizados das unidades administrativas do TRE-SC onde será necessário o fornecimento do serviço;**

Justificativa: Estabelecer o escopo de atuação da Contratada, considerando a divisão dos lotes e os endereços para prestação dos serviços.

### Implantação da Rede:

- j. Realizar a ativação inicial de todos os enlaces em até 120 dias, contados a partir da data de assinatura do contrato;**

Justificativa: É necessário fornecer um prazo adequado para possibilitar que a Contratada consiga implantar todos os enlaces do lote, sem ser penalizada. Estima-se que os locais com menor disponibilidade de infraestrutura de rede da contratada deverão ficar por último na sequência das ativações.

- k. Atender eventuais solicitações de mudanças de endereço em até 30 dias;**

Justificativa: O TRE-SC mantém suas unidades administrativas em locais centrais em cada localidade onde se faz presente no estado, especialmente pela necessidade relacionada ao atendimento presencial de eleitores e dos partidos políticos. Eventualmente, algum cartório eleitoral pode necessitar mudar de endereço, observando o critério de localização central citado acima, sendo necessário estabelecer um prazo para atendimento dessa demanda.

- l. Realizar a instalação dos enlaces na sala / local interno do imóvel designado pelo TRE-SC, devendo utilizar a infraestrutura de cabeamento disponível (calhas, dutos, eletrocalhas);**

Justificativa: Competirá à Contratada instalar o link no local designado pelo TRE-SC, observando-se que todas as unidades dispõem de nobreak e rack de parede padrão 19", para acomodar os equipamentos de telecomunicações.

## 4.2 Requisitos Não Funcionais

### Disponibilidade Mínima dos Enlaces:

- a. Disponibilidade mínima conforme estabelecido no Anexo I deste Termo de Referência.**

Justificativa: Um dos principais pontos de controle desta contratação será baseado na disponibilidade obtida mensalmente nos enlaces. Solicitar disponibilidade muito alta (ex. 99,9999%) implicará em serviço de maior custo, considerando todos os cuidados a serem adotados pela Contratada para atendimento do requisito. Por outro lado, solicitar uma disponibilidade muito baixa implica em aceitar que o serviço fique indisponível por muito tempo, sem incidir penalizações ou glosa contratual. A disponibilidade mínima considerada aceitável para esta contratação está descrita no Anexo II deste Termo de Referência, sendo compatível com a oferta de serviços disponíveis no mercado de telecomunicações.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Ainda, é necessário que não seja aplicada nenhuma restrição de trafegabilidade dos enlaces, considerando a premissa de utilização para tráfego VPN entre as unidades administrativas e a sede do TRE-SC, em complemento à rede MPLS hoje em uso.

### Outros requisitos:

**b. Não deverá haver limitação quanto ao número de chamados abertos;**

Justificativa: Evitar que a Contratada não receba novos chamados, aplicando algum critério técnico ou administrativo;

### **4.3 Requisitos Externos**

**a. A licitante deverá apresentar outorga emitida pela ANATEL para prestação de serviços SCM, dentro da região da Contratante ou em nível nacional;**

Justificativa: Conformidade com as normas técnicas brasileiras vigentes.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5.1. Prazos**

#	Etapas	Data	Responsável
1	Reunião de alinhamento	Até 10 dias após o recebimento, pela Contratada, do contrato assinado pelos representantes do TRE-SC	Contratada e TRE-SC
2	Entrega do plano de implantação	Até 20 dias após o recebimento, pela Contratada, do contrato assinado pelos representantes do TRE-SC	Contratada
3	Ativação inicial de todos os enlaces do lote	Até 120 dias após o recebimento, pela Contratada, do contrato assinado pelos representantes do TRE-SC	Contratada
4	Eventuais mudanças de endereço	Ativação do enlace no novo endereço em até 30 dias após a solicitação da mudança	Contratada
5	Pagamento relativo à instalação dos enlaces	Pagamento em etapas, considerando os percentuais de implantação 30%, 50% e 100%	TRE-SC
6	Pagamento mensal relativo aos serviços prestados	De acordo com subitem 5.4 deste Termo de Referência	TRE-SC

### **5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços**

Endereços das unidades administrativas descentralizadas do TRE-SC, de acordo com o **Anexo III** deste Termo de Referência.

### **5.3. Recebimento provisório e definitivo**

O recebimento provisório das instalações será realizado considerando cada enlace, mediante informação da contratada sobre a conclusão da respectiva instalação. Será verificado se as especificações técnicas solicitadas foram implementadas, sendo emitido ao final o recebimento definitivo para o respectivo enlace.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

De forma análoga, o recebimento provisório e definitivo de eventuais solicitações de mudança de endereço ficará condicionado à ativação do enlace no novo endereço, observando-se os requisitos técnicos necessários.

Em relação à prestação dos serviços mensais:

- a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

### 5.4. Pagamento

O pagamento referente às instalações iniciais será feito em etapas, considerando os percentuais de conclusão de ativação dos enlaces de 30%, 50% e 100%, por lote.

Quanto aos serviços mensais, o pagamento será devido a partir da data de início da prestação e será proporcional ao atendimento dos Indicadores de Nível de Serviços, os quais definem objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

Eventuais ocorrências de mudança de endereço serão pagas em favor da contratada após cumprimento das obrigações contratuais e apresentação de documento fiscal.

Ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não prestar os serviços esperados, ou não os prestar com a qualidade mínima exigida, conforme especificado neste documento.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

### 5.5. Garantia do objeto

Não se aplica a esta contratação.

### 5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31/10/2025, com possibilidade de renovação contratual dentro dos prazos legais.

Justifica-se a vigência inicial plurianual, em razão da potencial redução de custos advinda de um contrato com prazo de duração maior, decorrente dos seguintes fatores:

- a) racionalização do dispêndio de recursos com a realização de procedimentos licitatórios e de prorrogação contratual;
- b) aumento da competitividade, em face da atratividade do objeto para o mercado, refletindo nos valores cotados; e
- c) amortização de investimentos da contratada ao longo da sua execução, em especial quanto ao investimento inicial necessário para implantação de novas redes de acesso em fibra óptica.

### 5.7. Obrigações da Contratante

- a. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b. Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Administração de Redes e de Servidores do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com a legislação vigente;
- c. Efetuar o recebimento provisório e definitivo de acordo com o estabelecido no subitem 5.3 deste Termo de Referência.

### 5.8. Obrigações da Contratada

- a. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- b. Realizar reunião de alinhamento inicial, em até 10 (dez) dias após o recebimento do contrato assinado pelos representantes do TRE-SC, mediante agendamento com o gestor do contrato no e-mail [admrede@tre-sc.jus.br](mailto:admrede@tre-sc.jus.br) ou telefone (48) 3251-3700;
- c. Apresentar, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do contrato assinado pelos representantes do TRE-SC, plano de implantação dos serviços, contemplando o planejamento das intervenções necessárias nas unidades, a previsão para o serviço de instalação e a identificação dos contatos técnicos;
- d. Concluir os serviços de instalação dos enlaces do(s) lote(s) em até 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento, pela Contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC;
- e. Fornecer todos os equipamentos, cabos, conectores, conversores, adaptadores, modems e outros itens de hardware e software, necessários para a completa conexão a um equipamento servidor, a ser fornecido pelo TRE-SC;
- f. Realizar a instalação dos enlaces na sala / local interno do imóvel designado pelo TRE-SC, devendo utilizar a infraestrutura de cabeamento disponível (calhas, dutos, eletrocalhas);
- g. Atender solicitações de consulta de viabilidade técnica para mudança de endereço em até 10 (dez) dias, contados a partir da data da solicitação;
- h. Atender solicitações de mudança de endereço em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da solicitação;
- h.1. Caso identificada inviabilidade técnica, a contratada deverá informar ao TRE-SC o motivo da inviabilidade, mediante comprovação fundamentada, em até 10 (dez) dias após a solicitação. Caso não o faça, considerar-se-á como viável a solicitação;
- h.2. Solicitações com pendência de viabilidade técnica terão até 90 (noventa) dias – a partir da data da solicitação inicial - para serem atendidas através de projeto especial;
- i. Fornecer as informações necessárias para acesso ao suporte técnico durante a vigência do contrato;
- j. Disponibilizar suporte técnico em regime 24/7 (vinte e quatro horas por dia/sete dias por semana), com tempo de atendimento inicial em até 2 (duas) horas e tempo de conclusão do atendimento em até 24 (vinte e quatro) horas para os casos de indisponibilidade na prestação do serviço;
- k. Fornecer, mensalmente, Relatório de Disponibilidade e Desempenho dos enlaces do(s) respectivo(s) lote(s);
- l. Disponibilizar relatório de monitoramento e desempenho dos enlaces, conforme estabelecido na Especificação Técnica Detalhada do Termo de Referência;
- m. Manter as taxas de perda de pacotes e latência dos enlaces conforme estabelecido na Especificação Técnica Detalhada do Termo de Referência;
- n. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC;
- o. Manter sigilo absoluto sobre qualquer informação do TRE-SC, estando sujeita às normas e políticas de segurança da informação da Instituição;
- p. É vedada a interceptação, ou a filtragem de pacotes, de qualquer tráfego de dados que passe pelos enlaces da Contratada, sem autorização judicial.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- q. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **5.9. Transferência de conhecimento**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.10. Direitos autorais**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução**

Não se aplica a esta contratação.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6.1. Gestor de contrato**

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico; e





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

### 6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Administração de Redes e de Servidores
Fiscal técnico	Seção de Administração de Redes e de Servidores
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações; e Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

### 6.3. Instrumentos Formais

Todas as solicitações e ocorrências de indisponibilidade deverão ser registradas em sistema próprio da Contratada. Os enlaces também poderão ser monitorados através de sistema específico do TRE-SC.

Deverá ser fornecido, mensalmente, pela Contratada, Relatório de Disponibilidade dos Enlaces com a função de verificar se os indicadores de Níveis de Serviços foram alcançados e aferir os resultados da execução contratual.

Eventuais solicitações de mudança de endereço poderão ser demandadas pelo Gestor do Contrato do TRE-SC, via e-mail, telefone, ou através de sistema específico fornecido pela Contratada.

### 6.4. Acompanhamento do Contrato

O gestor manterá controle gerencial acerca da prestação dos serviços contratados, considerando o atendimento das obrigações da Contratada e dos indicadores definidos pelo TRE-SC no acordo de nível de serviço.

### 6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

## 7. Critérios de medição e de pagamento

Para apuração do valor a ser pago, será utilizado o Acordo de Nível de Serviços (ANS), conforme detalhado no Anexo I.

## 8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

#### 9.1. Parcelamento e adjudicação

Tendo em vista a viabilidade técnica de parcelamento do objeto em lotes, poderá cada lote ser adjudicado a fornecedores distintos, contudo, considerando a necessidade de redundância e alta disponibilidade para o negócio do TRE-SC, deve ser impedida de sagrar-se vencedora, para o respectivo lote, a empresa detentora do contrato 061/2021 ou 062/2021, conforme detalhamento constante no **Anexo IV** deste Termo de Referência.

#### 9.2. Seleção do fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (ex. habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

Tendo em vista que o objeto da presente contratação deverá compor solução redundante, de alta disponibilidade, atualmente em uso no TRE-SC, poderá cada lote ser adjudicado a fornecedores distintos, contudo, deve ser impedida de sagrar-se vencedora, para o respectivo lote, a empresa detentora do contrato TRE-SC n. 061/2021 ou 062/2021, conforme disposto no **Anexo IV** deste documento.

##### 9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Habilitação Jurídica**, deverá ser exigida outorga emitida pela Anatel para prestação de serviços SCM, dentro da região da Contratante ou em nível nacional.

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, o(s) qual(is) comprove(m) a implantação e prestação de serviços de comunicação multimídia de, no mínimo, 40% da quantidade de enlaces solicitados no lote, por período mínimo de 6 meses de prestação do serviço.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, considerando a natureza dos serviços e o valor significativo do objeto, deverá ser exigido:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- c) Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

##### 9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

##### 9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade "Pregão" e do critério de julgamento "Menor Preço".



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 10. Estimativas do valor da contratação

Com base nos custos estimados no item 4 e nas quantidades descritas no item 6, ambos do Estudo Técnico Preliminar, a estimativa de valor da presente contratação é de **R\$1.513.450,00**, assim detalhado:

Cotações válidas p/ lotes 1 e 6	Instalação	690,00	18.630 (=690*27)
	Mudança de endereço	690 * 2 (ocorrências estimadas) * 2 (lotes)	2.760 (=690*2*2)
	Mensalidade	(590 * 16) + (890 * 11) 9440 + 9790 = 19.230	346.140 (= 19230 * 18 (meses))
Total (Lotes 1 e 6):			367.530
Cotações válidas p/ lotes 2, 3, 4 e 5	Instalação	860,00	46.440 (=860*54)
	Mudança de endereço	860 * 2 (ocorrências estimadas) * 4 (lotes)	6.880 (=860*2*4)
	Mensalidade	(1050 * 46) + (1550 * 8) 48300 + 12400	1.092.600 (=60700 * 18 (meses))
Total (Lotes 2, 3, 4 e 5):			1.145.920
Total (18 meses estimados):			1.513.450,00

### 11. Alinhamento da contratação

#### 11.1. Plano de Contratações Anual

Plano de Contratações 2024 - Anexo II, item 30.

#### 11.2. Plano de Logística Sustentável

Trata-se de contratação de serviço de acesso à internet para as unidades administrativas descentralizadas do TRE-SC, de forma que inexistente conflito do objeto com o Plano de Logística Sustentável da Instituição.

#### 11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

### 12. Adequação orçamentária



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1 a 6	02.122.0033.20GP.00 42 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC	3.3.90.40	842.526,00
Total			842.526,00

### 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor mensal contratado e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato].

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 2 (dois) meses;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “m”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Anexo I – Acordo de Nível de Serviço (ANS)

1. A Contratada deverá entregar **disponibilidade mínima de 95%** para cada enlace do lote, a ser medida mensalmente, sem aplicação de qualquer restrição de trafegabilidade em função de características ou sentido de fluxo de dados, especialmente para o uso de redes virtuais privadas - VPNs;
2. Serão consideradas indisponibilidades na prestação do serviço:
  - 2.1. Interrupção no tráfego de pacotes;
  - 2.2. Perda de qualidade do enlace associada à alterações nos padrões de latência e perda de pacotes, inviabilizando o uso do serviço;
3. A contratada deverá calcular o total de desconto, a ser aplicado no valor mensal da fatura do respectivo lote, de acordo com os indicadores de nível de serviços estabelecidos no quadro abaixo:

Indicador	Fórmula de cálculo	Ocorrências	Pontuação
Disponibilidade	<p>Número mensal de ocorrências de indisponibilidades, para cada enlace, considerando-se períodos de 30 minutos:</p> <p><b>Penlace1= Pontuação(Ocorrências)</b></p> <p>Deve ser somada a pontuação de todos os enlaces com indisponibilidade abaixo do acordado, no mesmo lote:</p> <p><b>Ptot = Penlace1 + Penlace2 + ...PenlaceN</b></p> <p>onde:</p> <p><b>Penlace1, Penlace2,... PenlaceN</b> = pontuação parcial de cada enlace com indisponibilidade registrada abaixo do percentual mínimo solicitado, dentro do mesmo lote;</p> <p><b>Ptot</b> = soma pontuação enlaces com indisponibilidades, dentro do mesmo lote;</p>	até 72 (acima de 95%, abaixo de 36hs)	0
		de 72 a 79,2 (acima de 94,5% a 95%, de 36hs a 39,6hs)	70
		de 79,2 a 86,4 (acima de 94% a 94,5%, de 39,6 a 43,2hs)	90
		de 86,4 a 93,6 (acima 93,5% a 94%, de 43,2hs a 46,8hs)	120
		de 93,6 a 100,8 (acima de 93% a 93,5%, de 46,8hs a 50,4hs)	180
		acima de 100,8 (igual ou inferior a 93%, acima de 50,4hs)	250

4. A Contratada deverá considerar a proporção de 0,5% de desconto sobre o valor total do pagamento mensal do respectivo lote, a cada 10 pontos somados (**Ptot x 0,5% / 10 x valor\_mensal\_lote**), considerando todos os enlaces que apresentaram indisponibilidades, em determinado lote;
5. No caso da pontuação total aplicada em determinado mês superar a 500 pontos, serão considerados apenas 500 pontos para o cálculo do abatimento a ser aplicado, assim, o abatimento máximo a ser aplicado em um mês será de 25% do valor total do pagamento mensal, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis;





# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo II - Planilha de Custos

<b>Lote:</b>			
--------------	--	--	--

1.1 Instalação	Quantidade	Custo unitário	Custo total (=custo unitário x qtd enlaces lote)
Instalação do enlace	Execução única, para cada enlace do lote, no início do contrato	R\$: _____	R\$: _____
1.1 Total instalação dos enlaces no lote (=soma custos totais das instalações):			

1.2 Mensalidade	Quantidade de enlaces por lote	Custo mensal unitário	Custo total (=custo mensal unitário x qtd enlaces por perfil do lote x 18 meses)
Perfil 300Mbps	Conforme Anexo IV deste Projeto Básico/Termo de Referência	R\$: _____	R\$: _____
Perfil 500Mbps		R\$: _____	R\$: _____
1.2 Total mensalidades dos enlace no lote (=soma custos totais das mensalidades, por perfil):			R\$: _____

1.3 Pacote adicional	Quantidade (estimada)	Custo unitário	Custo total (=custo unitário x 2)
Mudança de endereço	Estima-se ocorrer 2 (duas) mudanças de endereço por lote durante o período de vigência contratual	R\$: _____	R\$: _____
1.3 Total mudanças de endereço no lote (=custos totais de eventuais mudanças de endereço):			

1.4 Total geral (soma de 1.1 + 1.2 + 1.3):			R\$: _____
---	--	--	------------

Será declarado vencedor o licitante que, atendendo todas as especificações descritas acima, obtiver o menor preço para o **Total geral** da planilha de preços (**item 1.4**). O cálculo se dará da seguinte forma: Total Geral = 1.1 (Total-instalações) + 1.2 (Total-mensalidades) + 1.3 (Total-mudanças-endereço)



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Anexo III – Endereço das Unidades Administrativas do TRE-SC

Lote	Perfil (velocidade)	Unidade administrativa	Município	Endereço
1	300 Mbps	002ª(cartório)	Biguaçu	Rua Hermógenes Prazeres, 277, Centro, 88160-152
1	500 Mbps	012ª(cartório)	Florianópolis	Rua São Francisco, 234, Centro, 88015-140
1	500 Mbps	024ª(cartório)	Palhoça	Rua Najla Carone Guedert, N. 951, Parque Residencial Paganí, Passa Vinte, 88132-150
1	500 Mbps	029ª(cartório)	São José	Av. Acioni Souza Filho (Beira-Mar De São José), Esquina Com Luiz Fagundes, Praia Comprida, 88103-790
1	300 Mbps	031ª(cartório)	Tijucas	Rua Alexandre Ternes Neto, 144, Centro, 88200-000
1	300 Mbps	053ª(cartório)	São João Batista	Rua Ex-Combatente Narciso Cim, 92 – Térreo, Centro, 88240-000
1	300 Mbps	067ª(cartório)	Santo Amaro da Imperatriz	Rua Pedro Mansur Elias, 25 - Sala 01, Centro, 88140-000
1	500 Mbps	109ª(anexo-ejesc)	Florianópolis	Rua São Francisco, 234, Centro, 88015-140
1	500 Mbps	110ª(anexo-dep.Multi)	Palhoça	Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado, Brejaru, 88117-402
1	500 Mbps	111ª(anexo-2)	Florianópolis	R. Esteves Júnior, N. 157, Centro, 88015-130
1	300 Mbps	115ª(homologação)	Florianópolis	R. Esteves Júnior, N. 68, Centro, 88015-130
2	300 Mbps	008ª(cartório)	Canoinhas	Rua Duque de Caxias, 80, Fórum, Centro, 89460-102
2	500 Mbps	017ª(cartório)	Jaraguá do Sul	Rua Ângelo Schiochet, 90, Centro, 89251-520
2	500 Mbps	019ª(cartório)	Joinville	Rua Jaguaruna, 38, Centro, 89201-450
2	300 Mbps	022ª(cartório)	Mafra	Av. Coronel José Severiano Maia, 548, Nossa Senhora Aparecida, 89300-333
2	300 Mbps	025ª(cartório)	Porto União	Rua Matos Costa, 344, Centro, 89400-000
2	300 Mbps	027ª(cartório)	São Francisco do Sul	Rua Barão Do Rio Branco, 377, Sl. 300, Centro, 89240-000
2	300 Mbps	030ª(cartório)	São Bento do Sul	R Henrique Schwarz, 554, Sl.04, Centro, 89280-115
2	300 Mbps	038ª(cartório)	Itaiópolis	Rua Carril Pflanzner, 69, Centro, 89340-000
2	300 Mbps	060ª(cartório)	Guaramirim	Rua 28 De Agosto, 420, Sl.01, Nova Esperança, 89270-000
2	300 Mbps	074ª(cartório)	Rio Negrinho	R Prefeito Hugo Fischer, 242, Térreo, Bela Vista, 89297-512
2	300 Mbps	081ª(cartório)	Papanduva	Rua Nereu Ramos, 2983, Sl. 10 E 11, Centro, 89370-000
3	300 Mbps	006ª(cartório)	Caçador	Rua Victor Baptista Adami, 919, Sl.01, Centro, 89500-196
3	500 Mbps	009ª(cartório)	Concórdia	Rua Ângelo Ari Biezu, 69, Térreo, Centro, 89700-194
3	500 Mbps	018ª(cartório)	Joaçaba	Av Xv De Novembro, 12 - Térreo - Sala 02, Centro, 89600-000
3	500 Mbps	035ª(cartório)	Chapecó	Av. Nereu Ramos, 1841-E, Centro, 89805-018
3	300 Mbps	036ª(cartório)	Videira	Rua Saul Brandalise, 1531, Edifício San Francisco, Sl.03, Santa Tereza, 89560-290
3	300 Mbps	037ª(cartório)	Capinzal	Rua Narciso Barison, 171, Centro, 89665-000
3	300 Mbps	041ª(cartório)	Palmitos	Rua Visconde Do Rio Branco, 932, Sl.02, Centro, 89887-000



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3	300 Mbps	043ª(cartório)	Xanxerê	Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sl.01, Centro, 89820-000
3	300 Mbps	045ª(cartório)	São Miguel do Oeste	Rua Marquês Do Herval, 977, Sl.06, Ed. Leolino Baldissera, Centro, 89900-000
3	300 Mbps	047ª(cartório)	Tangará	Rua Ademar de Barros, n. 230, Centro, Tangará - SC, CEP 89642-000
3	300 Mbps	048ª(cartório)	Xaxim	Rua Rio Grande, 653, Centro, 89825-000
3	300 Mbps	049ª(cartório)	São Lourenço do Oeste	Travessa São Pedro, 1085, Subsolo Galeria Bela Vista, Centro, 89990-000
3	300 Mbps	050ª(cartório)	Dionísio Cerqueira	Av. Santa Catarina, 218, Centro, 89950-000
3	300 Mbps	058ª(cartório)	Maravilha	Avenida Anita Garibaldi, 1012, Sl.01, Centro, 89874-000
3	300 Mbps	061ª(cartório)	Seara	Rua Sétimo Casarotto, 98, Sl.02, Centro, 89770-000
3	300 Mbps	063ª(cartório)	Ponte Serrada	Av. Xv De Novembro, 86, Sl.02, Edifício Marafon, Centro, 89683-000
3	300 Mbps	065ª(cartório)	Itapiranga	Rua São Bonifácio, 280, Térreo, Ed. Peperi, Centro, 89896-000
3	300 Mbps	066ª(cartório)	Pinhalzinho	Avenida Capitão Anizio, 1.037, Centro, 89870-000
3	300 Mbps	069ª(cartório)	Campo Erê	Rua Osvaldo Dário D'Igna, 794, Sl.02, Centro, 89980-000
3	300 Mbps	070ª(cartório)	São Carlos	Rua Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli li , Sl.01, Centro, 89885-000
3	300 Mbps	071ª(cartório)	Abelardo Luz	Av. Pe. João Smedt, 1274, Centro, 89830-000
3	300 Mbps	077ª(cartório)	Fraiburgo	Rua Albano Burguer, 45, Sl.03, São José, 89580-000
3	300 Mbps	078ª(cartório)	Quilombo	Av. Cel. Ernesto Bertaso, 464, Ed Alameda Jardins, SL -S, Centro, 89850-000
3	300 Mbps	083ª(cartório)	Modelo	Rua Xv De Novembro, 476, Centro, 89872-000
4	300 Mbps	004ª(cartório)	Bom Retiro	Rua Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo, Centro, 88680-000
4	300 Mbps	007ª(cartório)	Campos Novos	Rua Marechal Floriano, 234, Sala 2, Centro, 89620-000
4	300 Mbps	011ª(cartório)	Curitibanos	Avenida Advogado Sebastião Calomeno, 140, São Francisco, 89520-000
4	500 Mbps	021ª(cartório)	Lages	Av. Belisário Ramos, 3.800, Bloco B, Centro, 88502-100
4	300 Mbps	028ª(cartório)	São Joaquim	Rua Boanerges Pereira De Medeiros, 13, Centro, 88600-000
4	300 Mbps	051ª(cartório)	Santa Cecília	Av. Xv De Novembro, S/N, Esq. Rua Antônio Carlos De Medeiros 5, Centro, 89540-000
4	300 Mbps	052ª(cartório)	Anita Garibaldi	Av. Eduardo Salmoria 485, Centro, 88590-000
5	300 Mbps	001ª(cartório)	Araranguá	Av. Coronel João Fernandes, 1234, Urussanguinha, 88905-478
5	500 Mbps	010ª(cartório)	Criciúma	Av. Getúlio Vargas, 361, Palácio Do Estado, Centro, 88801-500
5	300 Mbps	020ª(cartório)	Laguna	Rua Coronel Fernandes Martins, 470, Centro Executivo Milenium, Progresso, 88790-000
5	300 Mbps	023ª(cartório)	Orleans	Rua Antônio Da Silva Cascaes, 140, Ed Teresa Cristina, Conde D'eu, Centro, 88870-000
5	500 Mbps	033ª(cartório)	Tubarão	Av. Marcolino Martins Cabral, 1315, Centro, 88701-000
5	300 Mbps	034ª(cartório)	Urussanga	Rua Vidal Ramos, 159, Ed. Belas Artes, Sl.01, Centro, 88840-000



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5	300 Mbps	042ª(cartório)	Turvo	Rua Afonso Colodel, 19, Sl.02, Ed América, Cidade Alta, 88930-000
5	300 Mbps	044ª(cartório)	Braço Do Norte	Rua Bernardo Locks, 148, 2º Andar, Sala 208, Centro, 88750-000
5	300 Mbps	054ª(cartório)	Sombrio	Rua Santo Antônio, 204, Centro, 88960-000
5	300 Mbps	062ª(cartório)	Imaruí	Rua Antônio Bittencourt Capanema, S/N, Centro, 88770-000
5	300 Mbps	073ª(cartório)	Imbituba	Rua Nereu Ramos, 346, Centro, 88780-000
5	300 Mbps	079ª(cartório)	Içara	Rua Vitória, 201, Centro, 88820-000
6	500 Mbps	005ª(cartório)	Brusque	Rua Humberto Mattioli, 78, Centro, 88350-140
6	300 Mbps	014ª(cartório)	Ibirama	Rua Doutor Getúlio Vargas, 560 - Sala Térrea, Centro, 89140-000
6	300 Mbps	015ª(cartório)	Indaial	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Loja 10, Centro, 89080-063
6	500 Mbps	016ª(cartório)	Itajaí	Av. José Eugênio Muller, 406, Centro, 88303-170
6	500 Mbps	026ª(cartório)	Rio Do Sul	Rua Júlio Roussenq Filho, 265, Jardim América, 89160-196
6	300 Mbps	032ª(cartório)	Timbó	Travessa Heinrich Eilers, 172, Centro, 89120-000
6	300 Mbps	039ª(cartório)	Ituporanga	Rua João Steffens, 425, Seminário, 88400-000
6	300 Mbps	046ª(cartório)	Taió	Rua Padre Eduardo, 600, Padre Eduardo, 89190-000
6	300 Mbps	055ª(cartório)	Pomerode	Rua XV de Novembro, 700, Fórum Estadual, Centro, 89107-000
6	500 Mbps	056ª(cartório)	Balneário Camboriú	Rua 2850, 470, Ed. San Salvatore, Centro, 88330-363
6	300 Mbps	057ª(cartório)	Trombudo Central	Rua Getúlio Vargas, 411, Cidade Alta, 89176-000
6	300 Mbps	064ª(cartório)	Gaspar	Rua Jackceia de Andrade, 66, Sete De Setembro, 89114-820
6	300 Mbps	068ª(cartório)	Balneário Piçarras	Av. Getúlio Vargas, 123, Centro, 88380-000
6	500 Mbps	088ª(cartório)	Blumenau	Praça Victor Konder, 60, Fórum Universitário, Centro, 89010-150
6	300 Mbps	091ª(cartório)	Itapema	Av. Nereu Ramos, 1180, Centro, 88220-000
6	300 Mbps	106ª(cartório)	Navegantes	Rua Anibal Gaya, 525, Centro, 88370-474



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Anexo IV – Empresas de Telecomunicações atuando nos lotes (Contratos TRE-SC n. 061/2021 e n. 062/2021)

Lote	Contrato de Internet Atual	Contratada
1	TRE-SC n. 061/2021	UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A (02.255.187/0001-08)
2	TRE-SC n. 062/2021	ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (14.798.740/0001-20)
3	TRE-SC n. 062/2021	ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (14.798.740/0001-20)
4	TRE-SC n. 062/2021	ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (14.798.740/0001-20)
5	TRE-SC n. 062/2021	ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (14.798.740/0001-20)
6	TRE-SC n. 061/2021	UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A (02.255.187/0001-08)